

MEMORIAL DO PNLD: ELABORAÇÃO, NATUREZA E FUNCIONALIDADE

Jandson Bernardo Soares e Wendell de Oliveira Souza ¹
Departamento de História - UFRN

O Programa Nacional do Livro Didático vem ganhando repercussão nos últimos anos, através da melhoria de sua qualidade no processo avaliativo, assim como a produção de seu memorial, objeto desse estudo. Busca-se assim, mostrar as etapas de produção do Memorial do PNLD, sua natureza, assim como funcionalidades diante dessas fontes que vem ganhando visibilidade nas pesquisas das diversas áreas do conhecimento: o livro didático. Analisando-o a partir das ideias de Circe Bittencourt, aponta-se esse como objeto difusor de um código de valores, sendo assim um objeto cultural, dotado de uma intencionalidade. Vale salientar que nos focaremos em História, nosso campo de atuação.

Palavras chaves: Livro Didático, PNLD, Memorial, Fonte histórica

O Livro Didático no Brasil: uma antiga prática legalizada

Em 1929, o Estado brasileiro criou o Instituto Nacional do Livro para legalizar o Livro Didático e incentivar a sua produção. Através do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, criou-se a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), passando esta a ser a primeira política de legislação, controle e produção de livros didáticos. Pelo Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, o Estado consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos. Em 1966, aconteceu o acordo MEC e USAID (Ministério da Educação e United States Agency for International Development), para coordenar ações referentes à produção, edição e distribuição do Livro Didático. Então, pela portaria nº 35, de 11/03/70, o MEC implementou o sistema de co-edição de livros com as editoras nacionais, com recursos do INL. Em 1971, o Instituto Nacional do Livro (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros até então a cargo da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED). Pelo Decreto nº 77.107, de 04/02/76, o governo assume a compra de boa parcela dos livros para distribuí-los a parte das escolas e das unidades federadas. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) torna-se responsável pela execução do programa do livro didático. Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contribuições das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais é excluída do programa. Em 1983, substitui-se a FENAME e é criada a Fundação de Assistência ao

¹ Graduandos em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Estudante (FAE), que incorpora o PLIDEF. Na ocasião, o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos propõe a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das demais séries do ensino fundamental.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) surge pelo Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, em substituição ao PLIDEF, tendo como função avaliar, indicar, comprar e distribuir livros didáticos para as escolas públicas. O governo brasileiro traçou uma política de ação educacional em torno deste fato que, impulsionou a busca pela qualidade deste material didático, pois os livros que não se harmonizassem com as propostas oficiais de ensino não seriam indicados, diminuindo, assim, seu público e seu lucro. Nos anos 1990, houve um processo de descentralização da seleção dos livros didáticos a serem encaminhadas às escolas. Em 1996 é iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD 1997. Pois, a partir de 1995, o PNLD reconfigurou-se, através de um processo de avaliação em que uma equipe de especialistas de cada área passou a analisar as diferentes coleções e fazer pareceres sobre os livros inscritos para este PNLD. Assim, surgiu o 1º Guia de Livros Didáticos. Em 2000 é inserida no PNLD a distribuição de dicionários da língua portuguesa para uso dos alunos de 1ª a 4ª séries implementada em 2001. Neste mesmo ano, O PNLD amplia, de forma gradativa, o atendimento aos alunos portadores de deficiência visual que estão nas salas de aula do ensino regular das escolas públicas, com livro didático em Braille. Até 2005 o governo federal distribuiu dicionários da língua portuguesa para os alunos de 1ª a 8ª série. A partir deste ano a distribuição é reformulada e o FNDE, que passa a fornecer acervos de dicionários nas escolas públicas em vez de distribuí-los aos alunos. A partir de 2006 são distribuídos nas escolas, dicionários enciclopédicos trilingües a alunos de 1ª a 4ª série que tem surdez e utilizam a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS). Também há compras para fornecer a alunos do ensino fundamental e médio. Os alunos com surdez de 1ª a 4ª série também recebem cartilha e livro de língua portuguesa em libras e em CD-ROM.

O programa nacional do Livro Didático é o maior programa mundial em distribuição gratuita deste material educativo. Livros de várias disciplinas como português, matemática, ciências, história e geografia, dicionários linguísticos e enciclopédicos, cd's, atlas etc. são distribuídos gratuitamente a alunos da rede pública de ensino. O processo acima descrito, mostra que ao longo do período pós-império o sistema veio a complexificar-se tornando-se uma super política de inclusão educacional. Vale ainda salientar que foi no ano de 1985 que o PNLD se efetuou como uma política de Estado.

A partir de 1997, o primeiro Guia de Livro Didático veio a público como resultado de um processo de avaliação do material que seria utilizado em sala de aula por alunos e professores. Apesar de ser um material simples ele representou o gênese de uma avaliação bem mais complexa.

Da avaliação a sala de aula

Esse processo avaliativo tem início a partir do lançamento do edital que estabelece as regras para a inscrição do livro e determina o prazo de apresentação das

obras. É o edital que serve como leito de procusto² para a validação do material mais adequado para ser aprovado. Após as inscrições das editoras inicia-se o processo de avaliação do material a ser excluído ou recomendado³. Os especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos. O guia é disponibilizado na internet um ano antes da sua utilização em sala para que as escolas e professores possam escolher a obra que mais se aproxima das suas necessidades. O professor faz o pedido do livro via internet através de uma senha fornecida pelo FNDE à escola. A aquisição é feita após a organização dos pedidos feitos via Internet. A produção é iniciada após estar concluída a negociação. O FNDE firma o contrato com as editoras e informa os quantitativos e as localidades de entrega, que dão início à produção dos livros, com supervisão dos técnicos do FNDE. Confeccionado com uma estrutura física resistente, o livro deve ser reutilizado, por três anos consecutivos. Portanto isso implica dizer que, a cada três anos surgem dois editais que geram assim dois guias. E é assim que de forma genérica o livro didático “termina”⁴ na sala de aula em mãos de alunos e professores.

O livro didático vem se configurando nos últimos anos como um objeto de discussão, tendo em vista a amplitude que este vem ganhando. São programas como o PNLD, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), todos estes vinculados ao Ministério da Educação (MEC) e com a finalidade de distribuir este material às redes públicas de ensino. Cabe aqui ressaltar que o presente estudo se voltará somente ao PNLD e a construção de seu memorial.

Fazem parte desse Memorial: os livros didáticos, sendo compostos por livro do aluno e manual do professor, avaliados de 1997 a 2010, das disciplinas de Ciências, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática; os Guias do PNLD, os quais divulgam os livros que foram aprovados; os editais de avaliação, documentos que regem o processo avaliativo; as fichas de avaliação, preenchidas pelo parecerista que avaliou a obra. É necessário então, refletir sobre como esse empreendimento esta sendo construído, adentrando a própria questão do que é um memorial e perceber o porquê de tal denominação a este acervo.

Quando se reflete hoje, em nosso país, sobre o conceito de memorial, percebe-se que há uma grande carência de material teórico/metodológico escrito, e o que existe é fruto de experiências pessoais e empirismos, o que acaba por gerar uma deficiência no campo da pesquisa. Uma vez que não há um consenso em relação aos conceitos utilizados para definir os memoriais, o que vemos comumente é a predominância do senso comum, definindo esse espaço como lugar para prestar

² Na mitologia grega, Procusto era um famoso salteador que agia entre Mégara e Atenas. Ele atacava os viajantes, despojando-os de seus bens e submetendo-os a um cruel suplício. Forçava-os a deitarem num leito que nunca se ajustava ao seu tamanho. Cortava as pernas dos que excediam a medida e, por meio de cordas, esticava os que não atingiam. Teseu matou-o, infligindo-lhe igual martírio. O sentido utilizado na expressão é de que o edital serve para ajustar as coleções avaliadas ao sentido da avaliação.

³ Estas nomenclaturas aparecem como a menção que os pareceristas avaliam as obras.

⁴ O termo aparece entre aspas porque é na sala de aula que ele entra em contato com a sociedade e de forma mais ampla inicia seu processo de utilização pública. O termo “termina” refere-se ao processo avaliativo e distributivo.

homenagem a alguém ou a alguma instituição. Essa falta de conceituação acaba por não designar de forma correta o papel e o material que são próprios de um memorial.

Para Jorge Barcellos “[...] o conceito atual de Memorial preserva – ou deve preservar – para não sofrer o risco de descaracterizar-se na origem, é de que é uma escritura, uma memória institucional, formal, burocrática [...]” (BARCELLOS, p. 7,8). Dessa forma o memorial se constitui como produtor de uma memória institucional oficial e que para ele interage com a sociedade, aproximando a sociedade da instituição, gerando uma identidade a partir desse processo.

Partilha da mesma ideia de interação com a sociedade, como papel do memorial, Gunter Axt, que demonstra esse processo de aproximação com a sociedade como gerador de uma identidade que dá coerção social às instituições, como pode ser visto no trecho a seguir:

“[...] Uma cidade, um bairro, uma instituição, uma escola, uma empresa que são capazes de sinalizar a sua origem e de expor a sua trajetória [...] fixam marcos de memória. Estes marcos da memória coletiva contribuem para a costura de uma identidade comunitária comum e facilitam a coerção social[...]” (AXT, p. 10).

Nota-se assim o quanto os memoriais são importantes, no que diz respeito a manter uma memória e disponibilizá-la a sociedade e a academia.

Quando se pensa no memorial do PNL, hoje, partindo das ideias desses dois autores, nota-se que sua principal função é dar manutenção a memória desse projeto nacional, mantendo de forma resguardada o material citado anteriormente, formulando assim uma memória institucional e oficial. Entretanto, quando se pensa na parte de interação com a sociedade percebe-se que esta ainda não está em pauta, tendo em vista que a denominação “Memorial do PNL” foi uma conveniência pensada pelo Ministério da Educação, de maneira que este se constitui muito mais como uma base de dados de pesquisa, já que irá concentrar esse acervo, que é o maior e único acervo do mundo, e que em breve estará disponível aos pesquisadores.

Dessa forma, o memorial em questão, deve ser visto como um acervo que para se tornar realmente um memorial, nesse sentido de interação, necessitará de participantes que estejam interessados em pesquisar e desenvolver ações em parceria com esse empreendimento, como projetos de extensão, de ensino, de pesquisa e de exposição de materiais. Assim podemos colocar o Memorial como a gênese de uma diversidade de atividades que poderão ser desenvolvidas de acordo com a demanda que ele produzirá, sendo necessária a existência de pesquisadores que queiram explorar esse material que logo estará catalogado, organizado e, conforme objetivo do Ministério da Educação e do projeto elaborado, disponibilizado em sítio na rede mundial, marcando o atrelamento, que Barcellos aponta, entre as tecnologias e as instituições de memória.

Feitas essas considerações, pode-se falar sobre a construção física desse memorial que se iniciou no fim de 2009 e que acabou em meados de 2011. Ele foi dividido em nove etapas: 1ª. Composta pelo desencaixotamento, identificação por cronologia e coleções; 2ª. Catalogação de livros e pareceres; 3ª. Desmonte e higienização dos livros; 4ª. Restauração dos itens danificados; 5ª. Digitalização do acervo higienizado; 6ª. Indexação em banco de dados; 7ª. Remontagem dos livros desencadernados; 8ª. Gravação em CD-ROM das coleções digitalizadas; 9ª. Disponibilização das coleções, tanto em suporte CD-ROM quanto virtualmente.

Apenas a última etapa, ainda, não foi executada. As primeiras etapas representaram grande importância, pois representou o primeiro contato com o acervo, que se encontrava em condições precárias nos depósitos do MEC com um acesso quase nulo. As etapas foram executadas com sucesso, sendo que algumas, como a terceira, a quarta e a quinta fase, foram feitas simultaneamente, embora tendo alguns problemas, principalmente em função da inadequação do espaço em que o projeto está sendo desenvolvido. O objetivo final do Memorial é disponibilizar esse material, que foi pouco explorado pelos pesquisadores de todo o país e do mundo, tendo em vista a amplitude que o mesmo pode ter. Quanto à última etapa cabe uma ressalva, o projeto visa disponibilizar esse material na internet, entretanto, caberá ao Ministério da Educação a decisão de indexá-lo ao seu portal.

O livro didático como fonte histórica

Pensar atualmente o livro didático como fonte, para História, só se tornou possível a partir do fim do século XX, com as novas abordagens e problemáticas promovidas pela Escola dos *Annales*, ao mesmo tempo em que esta estabelecia diálogo com outras ciências humanas, como a Sociologia e a Antropologia. Marca-se com essa Escola a ampliação das temáticas e das fontes que passam a ser objeto de estudo da história, de modo que periódicos, jornais, documentações não oficiais passam a ser vistos como fonte, voltando à temática dos *Annales* ao campo social e cultural. Assim, vê-se que esta renovação da História lançou as bases para a análise desse material em questão. Vale ressaltar que cada campo do conhecimento tem suas metodologias e embasamentos teóricos, falamos da História por ser nosso campo de atuação.

É necessário perceber o livro didático como sendo um objeto cultural, tendo em vista o fato deste ser obra de seu tempo e referenciá-lo em sua internalidade, trazendo consigo imagens idealizadas, fruto de usos e produção. Para demonstrar melhor tal fato apontar-se-á dois trechos dos editais de avaliação que se referem os valores sociais que devem estar presentes nas obras em questão, fruto de uma demanda e dos constantes embates dos grupos sociais. Ao avaliar os critérios de formação cidadã que o edital de 2004 propõe, percebe-se que este aponta somente três critérios, sem desenvolvê-los, deixando para fazer sua abordagem ao tratar das disciplinas específicas, de forma que sua maior preocupação se dá no limiar didático-pedagógico, mencionando que as obras não poderão ter os seguintes pontos:

- (I) Veicular preconceitos de origem, cor, condição econômico-social, etnia, gênero, linguagem e qualquer outra forma de discriminação;
- (II) Fazer doutrinação religiosa, desrespeitando o caráter leigo do ensino público;
- (III) Utilizar o material escolar como veículo de publicidade e difusão de marcas, produtos e serviços comerciais. (Edital, 2004, p. 22)

Já o edital de 2010 tem uma diferença visível em relação aos valores que devem ser incorporados ao que é ser cidadão brasileiro, embora esse traga essa mesma informação citada anteriormente, ele pontua novos valores que devem estar no livro didático brasileiro, o qual deve ter como parte integrante a formulação da cidadania como um dever, são os pontos abaixo citados:

“Quanto à construção de uma sociedade cidadã, os livros deverão:

1. Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
2. Abordar a temática de gênero, da não violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária;
3. Promover a imagem da mulher através do texto escrito, das ilustrações e das atividades dos livros didáticos, reforçando sua visibilidade;
4. Promover positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
5. Promover positivamente a cultura afrobrasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio-científicos;
6. Abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária.”(Edital 2010, 29)

Nota-se assim, que há uma preocupação maior em defender o direito de dados grupos sociais, como construção da cidadania, fruto da luta social que esses grupos vêm travando em busca de reconhecimento, tome-se, por exemplo, as mulheres, que conquistaram no ano de 2006 a lei n.º 11.340, conhecida como lei “Maria da Penha”, fruto das disputas sociais das mulheres, o mesmo ocorre com índios, negros e outros grupo sociais tidos como minorias. Assim podem-se ver esses valores sendo aplicados ao material didático como fruto de uma demanda social.

É importante também perceber que esse livro que é produzido é fruto de um diálogo entre quatro personagens: O Estado, professores, editoras e a própria sociedade. Dessa forma nota-se que o que é formulado no livro didático obedece a um consenso que irá variar de acordo com o tipo de cidadão que a sociedade irá pedir, claro que mediante o aval dessas instituições que emanam o poder. Assim, o livro didático se integra a vida do aluno, tornando-se, em parte, um “código de conduta” elaborado de forma sutil e que irá gerir toda uma cultura do que é ser cidadão, obedecendo às relações com o tempo em que esse “código” é criado.

Considerações Finais

Viu-se ao longo desse texto o quanto o memorial tem um futuro promissor para o ramo da pesquisa acadêmica, de modo que venham a se constituir iniciativas em função da propagação desse empreendimento. Cabe-se ressaltar que o livro didático é produto de um edital que é elaborado com uma intencionalidade mutável ao longo do tempo e que, o nosso objeto em questão é manipulado por diversas pessoas, tanto no seu processo de produção e avaliação, quanto no seu processo de utilização em sala de aula por alunos e professores. O livro didático é, muitas vezes, o único acesso a que milhares de famílias no Brasil têm interação com este tipo de material. O memorial do PNLD é uma gigantesca fonte para pesquisadores que se interessam por esta área.

Espera-se ter atingido os objetivos que foram propostos no resumo e na introdução, esclarecendo ao leitor como o Memorial vem sendo desenvolvido e que logo estará à disposição da sociedade, dando a esse texto o papel de divulgador dessa nova possibilidade que vem surgindo para todo o campo da educação e para História, tendo em vista nossa vinculação com esse campo.

Referências Bibliográficas

AXT, Gunter. **Memória, cidadania e os novos campos de trabalho do historiador**. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/historiahoje/vol11n4/memoria.htm>>. Acesso em: 14 de set. 2010.

BARCELLOS, Jorge. **O memorial como instituição no sistema de museus: Conceitos e práticas na busca de um conteúdo**. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/pref_poa/cama_rapoa/usu_doc/concmemor.pdf>. Acesso em: 14 de set. 2010.

BROLEZZI, Antônio Carlos. **Histórico do PNLD**. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~brolezzi/disciplinas/20082/.../historiadopnld.doc>>. Acesso em: 04 de jun. 2011.

EDITAL PNLD 2004. Disponível em: <<http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/dados/anexos/109.htm>>. Acesso em: 10 de set.2010.

EDITAL PNLD 2010. Disponível em: <<ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livrodidatico/edialdo/pnld2010>>. Acesso em: 10 de set.2010.

GATTI JÚNIOR, Décio. Estado, Currículo e livro Didático no Brasil (1988-2007) In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **O Livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino**. Natal: EDUFERN, 2007. pp. 19-36.

Livro Didático – Funcionamento. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-pnld-e-pnlem>>. Acesso em: 04 de jun. 2011.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos documentos. In: Pinsky, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. pp.111-153.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. **O Programa Nacional do Livro Didático e a construção do saber histórico escolar**. *Artigo*. No prelo.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. Parâmetros Curriculares Nacionais: suas idéias sobre História. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **O Livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino**. Natal: EDUFERN, 2007. pp. 10-18.

TIMBÓ, Isaíde Bandeira. O livro didático de história e a formação docente: uma reflexão necessária. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **O Livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino**. Natal: EDUFERN, 2007. pp. 61-66.